

GEOGRAFIA E GEOPOLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: APROXIMAÇÕES COM A BNCC

Felipe da Silva Cardoso ¹
José Vitorino dos Santos Neto ²
Nelcilene Lima da Silva ³
Rafaella Larissa Gomes da Silva ⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo a análise dos conteúdos relacionados ao temário da geopolítica nas proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental - Anos Finais. A partir de pesquisa bibliográfica e documental e da investigação de seu conteúdo, apontamos que a BNCC desloca o eixo do conteúdo no processo de ensino-aprendizagem para o eixo do metodológico, buscando o desenvolvimento de competências e habilidades, cooperando fortemente para o processo de esvaziamento teórico-metodológico da Geografia e da geopolítica. Nossa proposição parte, portanto, da importância da geopolítica no ensino de Geografia sobretudo no que toca à apreensão concreta da realidade e à formação do cidadão crítico, atuante e transformador da/na sociedade.

Palavras-chave: Geopolítica, Geografia, Base Nacional Comum Curricular, Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This article aims to analyze the content related to the topic of geopolitics in the propositions of the National Common Curricular Base (BNCC) for teaching Geography in Elementary School - Final Years. Based on bibliographical and documentary research and the investigation of its content, we point out that the BNCC shifts the content axis in the teaching-learning process to the methodological axis, seeking the development of skills and abilities, cooperating strongly in the emptying process theoretical-methodological of Geography and geopolitics. Our proposition is, therefore, based on the importance of geopolitics in the teaching of Geography, especially with regard to the concrete apprehension of reality and the formation of critical, active and transformative citizens of/in society.

Keywords: Geopolitics, Geography, Common National Curriculum Base (BNCC), High School

¹ Mestrando em Geografia pelo PPGG da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cardoso.sfelipe@gmail.com;

² Mestrando em Geografia pelo PPGG da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, netovitorino3@gmail.com;

³ Mestranda em Geografia pelo PPGG da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, nelcilene.limaa@gmail.com;

⁴ Mestranda em Geografia pelo PPGG da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, rafalgomes@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Detentora de uma importância ímpar na educação básica, a Geografia tem capacidade de proporcionar leituras reflexivas e críticas da realidade, de trazer a realidade do mundo contemporâneo para a sala de aula, de formar cidadãos críticos, atuantes e transformadores da/na sociedade (Straforini, 2018). No escopo do ensino de Geografia, a geopolítica se mostra como peça estratégica no sentido de fortalecer estes potenciais da formação geográfica.

Um marco da sociedade atual é o controverso cenário de “mundo globalizado”, cujas implicações se expressam, por exemplo, através da complexificação das relações sociais, suas interconexões, interdependências, contradições, com claros rebatimentos espaciais e envoltos em diversos níveis escalares. No ensino de Geografia, a geopolítica pode possibilitar, tanto o movimento de apreensão dessa realidade, como também a sua ressignificação por parte do sujeito.

Em sala de aula, evidentemente, não compete apenas à geopolítica tratar de política, ou melhor, não se trata de política, na Geografia, exclusivamente na geopolítica. Contudo, é fato que a geopolítica traz, em si, em sua essência, a política na Geografia, algo inerente à ciência geográfica e, por vezes, equivocadamente negado dentro do ensino de Geografia, e no ensino de ciências humanas no geral. Movimento que ganhou força nos últimos anos, especialmente no (des)governo Bolsonaro, sobretudo a partir do discurso de “neutralidade” da educação (e da ciência).

Nessa direção, um dos principais debates atuais gira em torno da natureza da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo em vista sua associação ao contexto do golpe político-jurídico-midiático de 2016, responsável por manobrar a elaboração de uma base pseudoparticipativa, de grande influência da educação tecnocrática, do setor privado e dos ideais neoliberais (Hypolito, 2019), fato que expressou, alinhado às políticas e medidas de precarização do ensino superior, um movimento de desmonte da educação pública brasileira no período dos (des)governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

Nesse sentido, convém destacar que a BNCC do Ensino Médio, em consonância com a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), ao retirar a obrigatoriedade das ciências humanas do Ensino Médio, além de homogeneizá-las como uma espécie de um único saber, relativizam a importância da Geografia e debilitam a formação educacional e cidadã dos estudantes. Por outro lado, a Geografia permanece como disciplina obrigatória no Ensino Fundamental, cujo foco

deste trabalho daremos aos anos finais (BNCC-EF) que, a partir do seu conjunto de orientações e prescrições específicas, merecem investigações críticas.

Ante o exposto, ponderando a relevância da geopolítica, faz-se necessário examinar a BNCC e a permanência da Geografia como disciplina obrigatória nos anos finais do Ensino Fundamental. Nesse caminho, este trabalho tem como objetivo analisar como está disposto os conteúdos, ligados ao temário da geopolítica, na BNCC do EF – Anos Finais, assim como pretende discutir, a partir da análise desses conteúdos e das diretrizes propostas pela BNCC, que tipo de Geografia está sendo preconizada no documento.

No que tange às técnicas de pesquisa mobilizadas para a realização desta investigação, estabelecemos dois procedimentos basilares para condução do trabalho: a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Esses procedimentos se traduzem, instrumentalmente, de um lado, no levantamento de trabalhos já publicados que nos forneçam as bases teórico-metodológicas e crítico-reflexivas acerca da temática de nossa pesquisa, e de outro, na análise crítica e documental da BNCC do EF – Anos Finais.

Diante disso, este trabalho se desenvolve a partir de três pontos centrais: o contexto socioeconômico em que a BNCC foi produzida, a saber no interior de um processo de radicalização neoliberal dos anos pós-golpe de 2016, discutindo as articulações disso ao eixo de seus fundamentos pedagógicos; a discussão sobre a forma como, neste quadro, se organiza as prescrições curriculares para o ensino de Geografia; e, por último, a descrição e reflexão crítica acerca da organização dos conteúdos e dos temas da geopolítica no que concerne ao Ensino Fundamental - Anos Finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para que possamos investigar a geopolítica prescrita no currículo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, propomos antes discutir algumas questões relativas à BNCC, um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver” (Brasil, 2017). Pretendemos apresentar as bases pedagógicas que o constituem, inseri-lo no movimento de radicalização neoliberal dos anos pós-golpe de 2016 e, em seguida, discutir o modo como a Geografia aparece nesse texto.

Na BNCC, as aprendizagens essenciais devem ser atingidas ao longo da vida escolar a partir do desenvolvimento de dez competências gerais as quais se expressam nas diferentes etapas de escolaridade: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Há

particularidades em cada uma delas, seja de ordem dos direitos e objetivos de aprendizagem seja de ordem das competências e habilidades que lhe são arroladas.

No que tange especificamente a etapa do Ensino Fundamental, temos os objetivos e objetos de aprendizagem organizados em cinco áreas do conhecimento que estabelecem, cada qual, competências específicas de área e seus respectivos componentes curriculares. As áreas que abrigam mais de um componente curricular, como Linguagens e Ciências Humanas, estabelecem as competências específicas do componente a ser desenvolvidas pelos alunos ao longo dessa etapa de escolarização.

A partir das competências específicas do componente, a BNCC prescreve um conjunto de habilidades as quais se relacionam diferentes objetos de conhecimento que, por sua vez, se organizam em unidades temáticas. É nesse nicho que encontraremos as habilidades, os objetos de conhecimento e as unidades temáticas concernentes à Geografia e à Geopolítica.

No documento, competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2017, p. 8). O texto também define que “[...] as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem ‘saber’ [...] e, sobretudo, do que devem ‘saber fazer’” (Brasil, 2017, p. 13, grifo nosso).

Nota-se, a partir disso, que a BNCC se fundamenta em uma concepção pedagógica que desloca o sentido do processo de ensino-aprendizagem do eixo do conteúdo para o eixo de uma formação prática. Longe de defendermos uma pedagogia e um ensino conteudístico, marcadamente teórico, centrado na transmissão e na memorização, o que queremos colocar em suspenso é o discurso que inverte o processo exclusiva e unicamente centrado no conteúdo para um processo exclusiva e unicamente centrado na prática.

Tais princípios não são inéditos na história das reformas curriculares no Brasil, porquanto tratar-se da retomada da pedagogia das competências, eixo articulador das reformas educacionais e curriculares empreendidas na década de 1990. Baseando-nos em Ramos (2006), essa pedagogia se funda em duas dimensões: a cognitivista e a socioeconômica.

Na primeira dimensão, trata-se do desenvolvimento de capacidades intelectuais e práticas pelo indivíduo, marcadamente influenciadas pelo construtivismo, muito embora não se possa afirmar uma correspondência automática. Mas a discussão que Ramos (2006) realiza em

tomos dessa vertente pedagógica aponta para algumas aproximações com as formulações construtivistas.

Na segunda dimensão, liga-se à reestruturação produtiva da década de 1980 e do modelo de acumulação flexível de capital inaugurado neste período. O aparato técnico baseado na computação e na eletrônica que essa era inaugura, permite a intensificação do processo de globalização da economia e, conseqüentemente, da competitividade no quadro global dos atores estatais e não-estatais. Nesse cenário, o conhecimento, a criação e a inovação tornam-se insumos fundamentais para atingir o desenvolvimento econômico.

Articulando-se, portanto, a educação às necessidades da economia, tem-se como objetivo fundamental da escola a formação do indivíduo preparado para o incerto, a flexibilidade e a empregabilidade (Ramos; Pinheiros, 2022). A construção de saberes apenas enquanto útil a ação em situações concretas.

Para essas autoras, a BNCC traz em seu conjunto normativo vigente o

[...] pragmatismo e neopragmatismo; construtivismo e condutivismo; e tecnicismo - visando a formação de sujeitos flexíveis para uma sociedade precária. Entretanto, não se fala mais em empregabilidade, mas em empreendedorismo, o qual pode se compreender [...] como *empreendedorismo de si*. Trata-se, portanto, de uma versão ainda mais cruel para os/as trabalhadores/as [...] (2022, p. 81, grifo das autoras).

Nesse sentido, a BNCC incorpora a lógica neoliberal e mercantil, redefinindo o papel da escola. Como uma forma particular de realização do valor no atual estágio de acumulação do capital, exigindo à escola a formação do indivíduo proativo, pragmático, eficiente, adaptável (Anpege, 2021; Girotto, 2017; Neira; Alviano Júnior; Almeida, 2016).

Muito além, contudo, de constituir-se em uma doutrina econômica, o neoliberalismo pode ser concebido como um modo de pensamento e uma racionalidade que se infiltra nas instituições e permeia toda a sociedade (Nunes, 2020). Logo, seus valores e princípios são veiculados por meio da BNCC para a constituição desse indivíduo.

No que confere a Geografia na BNCC, está diretamente relacionada à hegemonia do neoliberalismo nas políticas educacionais contemporâneas. A articulação entre o neoliberalismo e o modelo transdisciplinar didático contribui para esvaziar a Geografia, como disciplina escolar, da complexidade teórico-epistemológica, tomando-a em uma perspectiva técnico-instrumental (Girotto, 2023).

Nesse horizonte técnico-instrumental pode-se levar a uma compreensão reducionista da Geografia como uma lista de habilidades e conteúdos técnicos, em detrimento de uma visão mais ampla e crítica da disciplina.

Com a reforma do Ensino Médio, a Geografia passou a ser itinerário formativo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tornando-se não mais uma disciplina obrigatória no currículo escolar. Somados a esses aspectos, a BNCC prioriza a ideia das competências e habilidades focadas em uma perspectiva tecnicista, que se volta para a formação técnica em detrimento da perspectiva de formação integral – intelectual, afetiva e social. Com isso, a Geografia Escolar frente às reformas da BNCC para o NEM “caminha para a perda de espaço – de conteúdo, de categorias de análise, de carga horária, entre outros” (Luz Neto, 2021).

Desse modo, a reforma do Ensino Médio passa a ser direcionada para o desenvolvimento da perspectiva formativa de competências, excluindo conteúdos e espaços das disciplinas escolares.

De forma mais ampla, essas reformas além de impactar a Geografia Escolar em um cenário que os docentes terão que se adaptar ao novo modelo vigente. Tendo a redução da sua carga horária, muitos docentes buscam alternativas como tentativa de completar sua carga horária, o que gera uma perda da qualidade de ensino. De forma mais ampla, as consequências também remontam até mesmo para a procura pelo curso de licenciatura em Geografia, diante da não obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao nos dedicarmos ao desígnio de analisar de que maneira a geopolítica está inserida no ensino de Geografia definido pela BNCC, não procuramos aqui advogar por uma forma correta ou ideal de tratar de geopolítica e/ou seus temas correlatos em documentos curriculares como a Base. Logo, a frágil discussão de supervalorizar, presunçosamente, determinada concepção teórico-metodológica em detrimento de outras não encontra espaço em nosso trabalho – o que não significa negar que esta pesquisa, obviamente, parte de um aparato teórico-metodológico particular, alçado como capaz de trazer respostas às inquietações já levantadas.

Não é pertinente, também, formular críticas rasas que fundamentalmente se concentrem apenas em apontar ausências. Ao fazê-lo, estaríamos negando ou omitindo, ingenuamente, o currículo como território politizado e mediado por determinadas relações (Arroyo, 2013). Diante disso, conceber dialeticamente ausências e presenças de determinados conteúdos e abordagens, somado ao exame teórico-metodológico dos conteúdos e análise das habilidades e competências definidas para o ensino de Geografia, pode trazer um olhar mais profundo e crítico da BNCC. Muito embora reconheçamos, é claro, que tal caminho também possui



limitações, sobretudo se considerarmos os limites entre o currículo formal e a prática docente em sala de aula, problemática que não nos cabe neste trabalho.

O documento propõe uma organização do ensino fundamental em cinco áreas do conhecimento que articulam diferentes dimensões da formação humana: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Cada área do conhecimento engloba componentes que expressam os conhecimentos específicos de cada campo do saber. Na área de Ciências Humanas, os componentes são Geografia e História e cada um deles expressa suas competências específicas. A Geografia, em particular, tem sete competências específicas que se articulam com as cinco unidades temáticas que tratam de diferentes objetos do conhecimento geográfico. Esses objetos do conhecimento, por sua vez, envolvem habilidades que os estudantes devem desenvolver progressivamente ao longo do ensino fundamental.

Compreendendo a sua estrutura, mostra-se adequado, a princípio, apresentar progressivamente a disposição da geopolítica na BNCC do EF – Anos Finais. Na realização do exercício de leitura e análise do documento, podemos afirmar que os conteúdos que demonstram vinculação com a geopolítica surgem a partir do 7º ano, embora ainda de forma muito sutil, trazendo conceitos introdutórios como o de *Estado-nação*.

No 7º ano, os objetos de conhecimento abordados partem da formação territorial do Brasil, sua dinâmica sociocultural, econômica e política. Objetiva-se o aprofundamento e a compreensão dos conceitos de Estado-nação e formação territorial, e também das temáticas que envolvem a dinâmica físico-natural, sempre articulados às ações humanas no uso do território (Brasil, 2017, p. 382, grifo nosso).

O objetivo de aprofundar e compreender o conceito de Estado-nação e formação territorial aparece como direcionamento, mas se dilui nas Unidades Temáticas, Objetos do Conhecimento e Habilidades que conformam o 7º ano. Entre as habilidades, a EF07GE02 (Quadro 1) destaca-se pelo potencial de avançar na direção do objetivo em questão.

Quadro 1 – BNCC – EF/AF: Geografia – 7º ano.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES
Conexões e escalas	Formação territorial do Brasil	(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na



		<p>formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.</p>
--	--	--

Fonte: Brasil (2017, p. 386-387). Elaboração: autores.

Na sequência, o espaço mundial torna-se objeto principal do 8º e 9º ano. Tem-se a proposta de aprofundamento, no 8º ano, dos conceitos de território e região, no objetivo de compreender o processo de formação de Estados-nacionais e do uso e ocupação do solo, à luz da América e da África (Brasil, 2017). É possível notar um movimento de aprofundamento das discussões políticas em vista do Estado e dos processos socioespaciais, ressaltando o conceito de território e fornecendo as bases iniciais para discussões geopolíticas contemporâneas. Percebe-se que o conceito de território serve de sustentáculo não apenas para tratar de geopolítica, mas para coadunar elementos sociais, físico-naturais e até cartográficos.

Considera-se que os estudantes precisam conhecer as diferentes concepções dos usos dos territórios, tendo como referência diferentes contextos sociais, geopolíticos e ambientais, por meio de conceitos como classe social, modo de vida, paisagem e elementos físicos naturais, que contribuem para uma aprendizagem mais significativa, estimulando o entendimento das abordagens complexas da realidade, incluindo a leitura de representações cartográficas e a elaboração de mapas e croquis (Brasil, 2017, p. 383).

Dessa forma, a BNCC entrelaça geopoliticamente o mundo do trabalho, as dinâmicas populacionais, a questão ambiental, as relações políticas e econômicas internacionais, os conflitos territoriais, os blocos e agentes internacionais etc., trazendo parte expressiva do temário contemporâneo da geopolítica para o ensino de Geografia. As habilidades mais robustas se concentram na Unidade Temática *Conexões e Escalas*, cujo objeto do conhecimento são as empresas e organizações internacionais (Quadro 2).

Quadro 2 – BNCC – EF/AF: Geografia – 8º ano.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES
-------------------------------	-----------------------------------	--------------------



Conexões e escalas

	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial	(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra.
-	-	(EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos.
-	-	(EF08GE07) Analisar os impactos geoeconômicos, geoestratégicos e geopolíticos da ascensão dos Estados Unidos da América no cenário internacional em sua posição de liderança global e na relação com a China e o Brasil
-	-	(EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.



	-	(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).
-	-	(EF08GE10) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos.
-	-	(EF08GE11) Analisar áreas de conflito e tensões nas regiões de fronteira do continente latino-americano e o papel de organismos internacionais e regionais de cooperação nesses cenários.
-	-	(EF08GE12) Compreender os objetivos e analisar a importância dos organismos de integração do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros).

Fonte: Brasil (2017, p. 388-389). Elaboração: autores.

Por fim, no 9º ano destina-se atenção para análise da construção de uma nova (des)ordem mundial, e suas implicações, num contexto de globalização/mundialização (Brasil, 2017). Nessa perspectiva, o documento destaca que abordará a visão ocidental-europeia como ponto de partida, justificando tal escolha dado a influência histórica da Europa em várias regiões do mundo – embora a BNCC explicita a possibilidade de outras interpretações, à luz por exemplo dos países asiáticos. Ainda no 9º ano, juntamente com Europa, Ásia e Oceania também figuram como objeto de estudo.

Além da dimensão geopolítica, as habilidades do 9º ano também estão direcionadas para análise dos aspectos populacionais, urbanos, físico-naturais e culturais dos continentes anteriormente mencionados. Sendo assim, as habilidades que se concentram em temas geopolíticos estão dispostas nas Unidades Temáticas *O sujeito e seu lugar no mundo e Conexões e escalas* (Quadro 3).

Quadro 3 – BNCC – EF/AF: Geografia – 9º ano.

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETO DO CONHECIMENTO	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura	(EF09GE01) Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares.
O sujeito e seu lugar no mundo	Corporações e organismos internacionais	(EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e à mobilidade.



Conexões e escalas	Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização	(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização.
Conexões e escalas	A divisão do mundo em Ocidente e Oriente	(EF09GE06) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial implantado pelas potências europeias.
Conexões e escalas	Intercâmbios históricos e culturais entre Europa, Ásia e Oceania	(EF09GE08) Analisar transformações territoriais, considerando o movimento de fronteiras, tensões, conflitos e múltiplas regionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania.

Fonte: Brasil (2017, p. 392-393). Elaboração: autores.

Considerando os elementos apresentados até aqui, é possível dizer que as habilidades presentes na Base apontam para parte expressiva e relevante das discussões geopolíticas atuais. De conceitos introdutórios à análise das relações de poder e conflito globais, a dinâmica do espaço mundial mostra-se aparente no ensino de Geografia.

Todavia, a BNCC ao se estruturar com base em competências e habilidades, propõe uma mudança de paradigma na educação. Assim, a escola deixa de ter como foco principal a transmissão de conteúdos e passa a priorizar o desenvolvimento de competências que possibilitem ao indivíduo inserir-se no mercado de trabalho. Nesse sentido, a escola estimula a capacidade de adaptação e utiliza os conteúdos como instrumentos para que os alunos desenvolvam habilidades. Essa proposta baseia-se na pedagogia do “aprender a aprender”, amplamente discutida e, de modo geral, rejeitada pela maioria dos educadores (Branco *et. al* 2019, *apud* Dias, 2010).

Dessa forma, segundo Branco *et al.* (2019, *apud* Dias, 2010) essa abordagem valoriza mais o método do que o conteúdo; mais o processo de aprendizagem do que o produto do

conhecimento; e mais a rapidez na assimilação dos conteúdos do que a profundidade na compreensão dos mesmos, diante da suposta sociedade da informação, que demanda atualização e adaptação constantes dos sujeitos ao sistema produtivo. Desse modo, reduz o conhecimento a um instrumento de adaptação e não de transformação.

Nesse sentido, no âmbito do ensino da geopolítica, observamos que a BNCC não apresenta uma fundamentação teórica e metodológica que oriente e articule os conteúdos. Conseqüentemente, há uma desconexão entre as unidades temáticas, que tratam de questões gerais e suas relações, os objetos do conhecimento, que especificam os assuntos a serem abordados, mas que estão sendo tratados de forma isolada, e as habilidades, que apresentam os conteúdos de modo operacional. Isso resulta em uma fragilidade na construção e articulação dos conceitos e conteúdos na Base no contexto da geopolítica, e por conseguinte um empobrecimento teórico que tende a restringir o potencial reflexivo e crítico da geografia escolar, visto que a teoria é essencial para o desenvolvimento da criticidade, autonomia e criatividade.

Soma-se ao quadro de carências, a marginalização em que passou, por muito tempo, o conhecimento sobre a geopolítica na educação básica, conforme mostra Giroto e Santos (2011), mais por preconceito do que por uma avaliação crítica das contribuições que poderia oferecer na formação dos jovens. Hoje, diante da complexidade dos fenômenos mundiais, a geopolítica tem se tornado um conhecimento essencial na interpretação e na construção de uma leitura geográfica do mundo. No entanto, na geografia ainda há uma carência de análises geopolíticas, por outro lado, há uma abundância de ações essencialmente geopolíticas. Por isso, é necessário tratar a geopolítica como um saber essencial na elaboração de uma análise geográfica, e como aponta Becker (2012), sendo indispensável sua avaliação crítica e seu resgate.

Contudo, a abordagem a partir de habilidades, não propriamente de conteúdos, enfraquece a discussão geopolítica. Não é possível pensar geopoliticamente a partir do desenvolvimento meramente de habilidades, é preciso alinhamento entre teoria, estímulo ao raciocínio crítico e apreensão da realidade concreta. Habilidades generalistas, de natureza instrumental, são incapazes de abarcar o movimento histórico e dinâmico das relações que constituem o espaço mundial, bem como abarcar as diferentes teorias que buscam retratá-los. Ao tratar de geopolítica no ensino de Geografia, engessá-la via habilidades – e competências – pré-definidas significa comprometer a formação educacional dos estudantes, bem como podar as potencialidades de um ensino de Geografia emancipatório e político.

Segundo Vesentini (2009), foi a partir dos anos 1990, que a educação passou por uma mudança de paradigma, influenciada pelo governo de Bill Clinton nos EUA e por entidades internacionais como a ONU, o Banco Mundial e a UNESCO. Essa mudança consistiu em priorizar o desenvolvimento de competências dos alunos, como o aprender a aprender, a ser, a fazer e a conviver, em vez de se concentrar apenas nos conteúdos. No entanto, com a política educacional do governo de George W. Bush, houve um retrocesso nesse sentido, pois se valorizou excessivamente a matemática e o idioma nacional e se desvalorizou as outras áreas do conhecimento, como geografia, história, sociologia, filosofia, artes, educação física e até as ciências naturais: biologia, física e química.

Esse movimento tem influenciado fortemente as políticas educacionais no Brasil, perpetuando de um modelo de ensino baseado na memorização de conteúdos e na preparação para vestibulares. Contudo, esse modelo não é só fruto de influências externas, pois também favorece os interesses de grupos econômicos e políticos internos que lucram com a venda de materiais didáticos, cursos preparatórios e provas seletivas. Esses grupos também exercem influência na mídia contribuindo para moldar a opinião pública, difundindo uma visão de educação que valoriza apenas o resultado em testes e exames, e não o desenvolvimento integral dos estudantes. Essa indústria se sente ameaçada pelas novas formas de seleção que algumas boas universidades estão adotando para seus alunos, as quais não se baseiam somente no conteúdo decorado e sim em outros aspectos relacionados à justiça social ou a novas modalidades de avaliação cotas para estudantes de escolas públicas para descendentes de africanos e/ou de indígenas, histórico escolar acompanhado por entrevistas com os candidatos, o desempenho dos estudantes nos Exames do Enem etc. (Vesentini, 2009).

Uma crítica comum a esse modelo de ensino é que ele visa apenas preparar os indivíduos para se adaptarem ao mercado de trabalho, sem desenvolverem uma consciência crítica e transformadora da sociedade. Nesse sentido, a escola perde sua função social de formar cidadãos conscientes e participativos, e passa a ser um instrumento de reprodução das desigualdades e do individualismo. Assim, é possível prever que esse modelo de ensino traz consequências negativas para a educação pública, como a redução da qualidade, o aumento da segregação entre escolas públicas e privadas, e a precarização das condições de trabalho dos educadores, conforme aponta Branco *et al.* (2019).

Dessa forma, a geografia, como uma área do conhecimento que se propõe a analisar e compreender as dinâmicas espaciais e sociais, tem sido afetada por essa lógica neoliberal, que tende a reduzir seu papel crítico e reflexivo, bem como transformá-la em uma ferramenta pragmática e instrumental para atender aos interesses econômicos e políticos dominantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de uma base nacional, pautada em competências e habilidades, estabelece um espaço fértil para a imposição de uma política de regulação baseada na avaliação; tendo por alicerce modelos privados de gestão, seguindo os ideais de capital humano. No que se refere ao ensino de Geografia, convém refletirmos sobre as abordagens teórico-conceituais que norteiam a disciplina, especialmente, no campo da geopolítica – sobretudo – no que diz respeito à diversidade e embasamento dos conteúdos, pois a depender das referências utilizadas haverá diferentes mediações e aprendizagens.

Diante desse cenário, é preciso destacar que a Geografia enquanto disciplina escolar, preocupa-se não só com uma dimensão prática do conhecimento, tal como sugere a BNCC; mas preocupa-se sobremaneira com a formação teórico-conceitual, cuja Base oferece subsídios para sanar as problemáticas, identificadas, relacionadas à falta de articulação entre distintas espacialidades e abordagens. Posto que, a Base prioriza os eventos globais, sem articulá-los com outras escalas e impõe uma racionalidade técnica intrínseca à doutrina neoliberal.

Portanto, fica evidente que a Geopolítica não pode ser trabalhada de forma tecnicista, enviesada e desintegrada; mas sim, com vistas a priorizar a conexão entre currículo e realidade social sem perder de vista as diferentes dimensões, articulações e diversidade das abordagens teórico-conceituais, pois estes elementos são primordiais para o desenvolvimento da criticidade, autonomia e criatividade dos educandos.



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

ANPEGE. **Manifesto**: críticas às reformas neoliberais na educação. prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

BECKER, Bertha Koifmann. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 117-150, 5 jul. 2012. Revista Espaço Aberto. <http://dx.doi.org/10.36403/espacoaberto.2012.2079>.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi; IWASSE, Lilian Fávoro Algrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegari. BNCC: a quem interessa o ensino de competências e habilidades?. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 11, n. 25, p. 155, 23 dez. 2019. Universidade Federal de Alogoa. <http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n25p155-171>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Versão Final. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 de jul. 2021. 596 p.

LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC?. **Terra Livre**, v. 1, n. 56, p. 370-397, 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. A noção de competência como ordenadora das relações educativas. In: RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 221-281.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências?. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 71-88. jan./abr. 2022.

GIROTTO, E. D. Dos PCNs A BNCC: O Ensino De Geografia Sob O Domínio Neoliberal. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 419-439, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>. Acesso em: 16 mar. 2023.

_____. Por uma crítica da Geografia que nega a escola e à docência. In: OLIVEIRA, A.G. et. al. (Orgs). **Geografias e educação: singulares mãos docentes**. Rio de Janeiro-RJ: Letra Capital, 2023. p. 27-48.

GIROTTO, Eduardo Donizetti; SANTOS, David Augusto. A GEOPOLÍTICA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: PROPOSTAS PARA A RETOMADA DO DIÁLOGO. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 139–153, 2011. DOI: 10.5902/223649947351. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7351>. Acesso em: 26 nov. 2023.

HYPOLITO, A. M. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 08 mar. 2023.

NEIRA, M.G.; ALVIANO JÚNIOR, W.; ALMEIDA, D.F. A primeira e segunda versões da BNCC: construção, intenções e condicionantes. *Eccos - Rev. Cient. São Paulo*, n. 41, p. 31-44, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6807/3374>. Acesso em: 16 mar. 2023.

NUNES, Ítalo Anderson Duarte. **Poder, educação e resistência em tempos de neoliberalismo**. 2020. 81 f. Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2020.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, v. 32(93), 175-195. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/152621>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VESENTINI, José William. Introdução: uma apologia do ensino de geografia e da história, da sociologia, da filosofia, da educação física e artística. In: VESENTINI, José William. **Repensando a geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009. Cap. 1. p. 2-161. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=mM84EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=ensino+de+geografia+por+habilidades+e+compet%C3%A2ncias&ots=rStJKND07F&sig=X9W-EMdw3fdLWGSWqRolBREvu8c&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 12 nov. 2023.